

REGISTRO DE REUNIÃO			
Data:	24 de abril de 2026		
Reunião:	Câmara Técnica Instrumentos de Gestão – CTIG		
PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	
Adriana Bocaiuva		Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC (membro CTIG)	
Márcio Franco da Costa		Instituto Estadual do Ambiente - INEA	
Wander de Souza Dias Guerra		Prefeitura de Guapimirim	
Luciana Falcão		Viva Cosme Velho	
Flávia Lanari Coelho		Associação de Preservação Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA	
Alexandre Carlos Braga		Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói - CCRON	
Marcos Jorge		AGEVAP	
Paula Lomanto		AGEVAP	
Tânia Sousa		AGEVAP	
Tipo:	Online		
Início:	09h52	Encerramento	11h54
RELATO DA REUNIÃO			
Pauta: 1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação memórias de reunião CTIG: 23/07/2025 e 17/11/2025; 3. Apresentação sobre status de execução do Plano de Recursos hídricos da RH-V; 4. Apresentação de proposta de Enquadramento Legal de trechos da RH-V; 5. Informes. Iniciada a reunião. Iniciada a reunião, sobre o ponto de pauta 1: Aprovação da pauta, Márcio Franco sugeriu a inversão de pauta entre os pontos 3 e 4. Não houve objeção, a alteração foi aprovada. Passando para o ponto de pauta 2: Aprovação			

memórias de reunião CTIG: 23/07/2025 e 17/11/2025, Adriana Bocaiuva solicitou que fosse garantido que a ata da reunião anterior incluísse a deliberação estratégica de restringir a agenda da CTIG para apoiar as contratações importantes, como Enquadramento e o Plano de Gerenciamento de Recursos. As memórias de reuniões apresentadas foram consideradas aprovadas, com a pendência de inclusão dessa deliberação, caso ainda não constasse. Passando para **o ponto de pauta 3: Apresentação de proposta de Enquadramento Legal de trechos da RH-V**, Carlos Bortoli, da Profill, iniciou a apresentação sobre a proposta de enquadramento legal, também referido como enquadramento tácito. Explicou que essa abordagem visa cumprir a legislação existente e se baseia em experiências de outras bacias. Carlos Bortoli atualizou sobre o andamento do contrato, indicando que o produto 1 foi concluído, os produtos 2 e seus subprodutos 2.1, 2.2 e 2.3 também foram concluídos, 2.4 e 2.5 ainda não foram executados, o produto 3, que derivou de oficinas participativas, também foi finalizado e o produto 4, análise de dados de monitoramento, está em análise. O próximo produto (P5) tem como foco a priorização de trechos, e as etapas finais incluem o desenho de Termos de Referência (TR) e a estrutura para a futura contratação do enquadramento. Detalhou que a Resolução 357 do CONAMA (2005) estabelece que corpos d'água dentro de Unidades de Conservação de Proteção Integral devem atender à Classe Especial. A RH-V possui um grande conjunto de trechos que se enquadram legalmente na Classe Especial, e o trabalho atual já permite a separação desses trechos, facilitando o diagnóstico. Os trechos foram definidos por meio de oficinas e análise de usos e expectativas, e 219 dos aproximadamente 600 trechos da Bacia da Guanabara são passíveis de enquadramento legal (cerca de um terço). Os números de trechos identificados por subcomitê são: Clip (19), Jacarepaguá (33), Lagoa Rodrigo de Freitas (8), Leste (62), Maricá-Guarapina (12), e Oeste (85). Descreveu a matriz de classificação em desenvolvimento, que sistematiza usos, pressões, resultados de qualidade da água e conformidade, sendo crucial para o diagnóstico. Esta matriz, com mais de 600 linhas, consolida informações para cada trecho, incluindo dados sobre uso do solo e presença de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Adriana Bocaiuva destacou que o enquadramento legal ou

tácito não exige debates, pois os trechos já estão definidos por lei como Classe Especial, diferentemente do enquadramento dos demais trechos. Márcio Franco mencionou que o Comitê Piabanha foi pioneiro em aprovar o enquadramento de trechos de Classe Especial em Unidades de Conservação, servindo de precedente para a Baía de Guanabara. A legislação atual não abre margem para questionamentos sobre trechos inseridos em unidades de conservação, tornando o enquadramento tácito o caminho correto. Adriana Bocaiuva esclareceu que a declaração da Classe Especial não elimina as fases posteriores de gestão, que envolvem a articulação do comitê para garantir a qualidade da água. O reconhecimento oficial da classificação necessária por lei é o passo atual, e a gestão posterior deve buscar entregar a qualidade de água da Classe Especial para esses trechos. Carlos Bortoli confirmou que os horizontes de planejamento do plano da Baía de Guanabara vão até 2045, sendo comum que enquadramentos tácitos sejam planejados para o final desse período. Mencionou a discussão sobre os ritos de enquadramento e a necessidade de definir um programa de efetivação e ações para preservar a qualidade da água. Adriana Bocaiuva sugeriu que o tema da proposta de enquadramento legal fosse incluído como ponto de pauta nas próximas oficinas da Profil nos territórios. A ideia é que cada subcomitê possa avaliar a maturidade do tema e contribuir com informações, especialmente em regiões como o Oeste, que podem ter realidades distintas. Luciana Falcão reforçou que as próximas oficinas deveriam ser feitas por bacia, repetindo o formato produtivo da primeira oficina, devido à grande extensão da região. Carlos Bortoli confirmou que haverá uma rodada de eventos chamada de retorno técnico em agosto, onde este assunto poderá ser pautado e movimentado com os subcomitês para garantir que eles se apropriem do tema. Paula Lomanto, gestora do contrato, reforçou a necessidade do Produto 5 (P5) para determinar a ordem do enquadramento, já que a região é ampla e possui muitos trechos relevantes. A ordem do enquadramento é necessária para priorizar onde os recursos serão aplicados. E esclareceu que as próximas oficinas terão como foco a devolução dos resultados dos produtos 3, 4 e 5, que abrangem o ordenamento e o processo de enquadramento. As oficinas tratarão de como será o processo de participação social no enquadramento, incluindo a forma como o

Comitê deseja se engajar, seja por consulta ou audiência pública. Qualquer discussão fora deste escopo específico das oficinas poderia ser levada aos subcomitês. Adriana Bocaiuva afirmou que a próxima oficina será de retorno técnico, focada no subproduto 5.2, que foi enriquecido para incluir não apenas a hierarquização, mas também trechos que não precisam participar dela. O processo levou à criação de uma classe de trechos de "enquadramento tácito," que seriam trechos de classe especial por exigência legal, sobre os quais não haveria debate de hierarquização. E sugeriu que Paula Riediger (Profill) revisasse o slide de apresentação para refletir essa entrega "orgânica" do produto 5.2, que é o georreferenciamento desses trechos de classe especial. E levantou a preocupação de que, embora não haja debate sobre o enquadramento tácito, atores do território poderiam contribuir com a planilha que acompanha a definição desses trechos, enriquecendo os dados fornecidos pela Profill. Adriana Bocaiuva propôs tratar o subproduto 5.1 (critérios e pesos para hierarquização) em uma reunião da CTIG em conjunto com o GTA Enquadramento, a ser realizada dia 13/05/2026, às 14h00.

Sobre o ponto de pauta 4: sobre status de execução do Plano de Recursos hídricos da RH-V, Márcio Franco propôs adiar a discussão detalhada sobre o status de execução do Plano de Recursos Hídricos (Plano de Bacia) para 20/05/2026, às 14h00, Marcos Jorge fez uma introdução ao assunto na reunião atual e finalizaria a apresentação no dia 20/05: "a revisão do plano, que resultou na redução de 104 para 36 ações, a serem executadas entre 2024 e 2027. A revisão incluiu a compatibilização das ações à estrutura de Finalidade, Programa e Ação do PAP da ANA, visando uma execução mais eficiente e focada". Marcos Jorge destacou a natureza dinâmica da execução do plano, citando a falta de definições em algumas das 36 ações e o impacto de imprevistos, como a falta de serviço de comunicação em 2025 e o fracasso em editais de educação ambiental. Ressaltou que o plano previa um volume de investimento que não está sendo executado devido a questões como o convênio com a FAPERJ. Citou exemplos de projetos, como o PGR e o Enquadramento, que tiveram seus valores revistos, e a necessidade de complementar linhas de investimento para atender aos interesses do Comitê. A revisão do MOP e do PAP continua, com o objetivo de alinhar as ações e metas até

2027 e estender o planejamento estratégico até 2031. Marcos Jorge mostrou a evolução da execução do plano: de 104 ações e R\$ 9 (nove milhões) desembolsados em 2024, para 36 ações e R\$ 22 (vinte e dois milhões) desembolsados em 2025, com 12 contratos efetivados. Para 2026, dez novas contratações estão em andamento. Flávia Lanari expressou grande preocupação com a sobrecarga da equipe e a urgência de contratar mais pessoal, tanto técnico quanto administrativo. Márcio Franco sugeriu incluir tabelas ou gráficos mais elucidativos, como um Power BI, sobre os principais projetos em andamento para a apresentação dia 20/05. E levantou a questão da necessidade de priorizar ações efetivas e de grande porte, como o programa Sanear, que tem um impacto significativo na bacia. Após discussões os membros decidiram focar a apresentação nas ações que foram executadas e trabalhadas pelo comitê de 2024 até o momento, além do que está previsto para acontecer até 2027. O objetivo da apresentação é identificar áreas que ainda requerem foco de trabalho e aquelas que precisam de revisão. Adriana Bocaiuva abordou a "comunicação como um instrumento de gestão", afirmando que essa questão tem afetado a transparência e a percepção da comunidade sobre as atividades do Comitê. Destacou a necessidade de ter informações sobre investimentos, como aqueles em saneamento, de forma ativa e na ponta da língua, sem a necessidade de solicitar apresentações complexas ou ligar para Marcos Jorge. A ausência de avanços nessa área é mencionada como uma falha de governança e um ponto levantado no plano de bacia. E propôs que a apresentação do dia 20 vislumbre formas de superar os desafios de comunicação, questionando se a empresa de comunicação contratada não poderia sanar os problemas de transparência, sugeriu que deveria existir um instrumento que permitisse o acompanhamento visual e georreferenciado das entregas do comitê no site. Adriana Bocaiuva enfatizou a necessidade de ter uma plataforma que permita que qualquer pessoa com interesse veja os investimentos. Marcos Jorge se comprometeu a trabalhar soluções para as questões apresentadas. Sem mais assuntos a serem debatidos, a reunião foi encerrada às 11h54.

Encaminhamentos:

1. AGEVAP, fazer revisão das Atas e verificar se constam no texto das atas os motivos para as restrições das reuniões CTIG esse ano de 2026;
2. Dia 13/05/2026, 14h00, reunião CTIG x GT Enquadramento, pauta Apresentação da Profill sobre o produto 5.1, após levar o tema para a próxima reunião Plenária;
3. Dia 20/05/2026, 14h00, reunião CTIG pauta: continuação apresentação sobre status de execução do Plano de Recursos hídricos da RH-V.

Mediador da reunião: Adriana Bocaiuva/Márcio Franco

Relator: Tânia Sousa

Rua da Quitanda, 185 - Centro, Rio de Janeiro - RJ,

Cep: 20.010-020 - cbhbaiadeguanabara@gmail.com/

www.comitebaiadeguanabara.org.br